

 @hojeemmoçambique

Nampula - Moçambique
E-mail: comercial@hojeemmocambique.org

DESTAQUES



População de Quelimane vive entre o trânsito e a mendicidade nas ruas da cidade



Somos o melhor parceiro audiovisual

Disponos os seguintes serviços: i) **Consultoria Multimédia**; ii) **Assessoria de Imprensa**; iii) **Produção Audiovisual**.

ANUNCIE CONNOSCO

E-mail: comercial@hojeemmocambique.org

Criminalidade na Zambézia

Fuga de cinco imigrantes retidos expõe fragilidades na Direcção Provincial de Migração da Zambézia



©Hoje em Moçambique: Estrangeiros retidos na semana finda

A entrada de diversos imigrantes oriundos de diferentes pontos do mundo para Moçambique tem sido um assunto que tem levantado questionamentos entre as entidades governamentais e a comunidade em geral. Em causa está o aumento de casos de repatriamento de estrangeiros no país, sendo que a imigração clandestina, a falta de autorização de residência, o exercício de actividades laborais inadequadas e o uso de Moçambique como corredor, entre outros factores, têm contribuído para o aumento do número de repatriados em diferentes pontos do território nacional.

Na Zambézia, por exemplo, em menos de um semestre e três meses do ano de 2025, foram repatriados mais de 30 estrangeiros, com destaque para cidadãos chineses, paquistaneses e nigerianos, entre outros de diversas nacionalidades. A maioria é detida por falta de autorização para o exercício de actividades, imigração clandestina, entre outros motivos, sendo acusada de exercer funções de forma ilegal no país.

O caso mais recente ocorreu na semana finda, quando foram retidos oito estrangeiros, dos quais quatro são de nacionalidade paquistanesa, encontrados numa residência na localidade de Namanjavira. Após denúncias das comunidades locais, as autoridades constataram que estes se encontravam em situação irregular no país. Os outros quatro, de nacionalidade bengali, foram encontrados numa viatura na lo-



Reginaldo Massorongo, porta-voz da Migração na Zambézia

calidade de Chimuara e, devido à falta de documentação, foram encaminhados para a Direcção Provincial de Migração da Zambézia para os procedimentos subsequentes.

Em torno deste assunto, o porta-voz da Migração na Zambézia, Reginaldo Massorongo, explicou que, "geralmente, eles dizem que procuram usar Moçambique como corredor, concretamente a província da Zambézia, porque todos afirmam que pretendem chegar à África do Sul".

Este repatriamento de oito cidadãos acontece numa altura em que cinco estrangeiros de nacionalidade paquistanesa, retidos recentemente na Direcção Provincial de Migração da Zambézia, se colocaram em fuga e, até então, encontram-se em paradeiro desconhecido. "Fomos surpreendidos com a informação sobre a fuga de cinco cidadãos. Assim que recebemos a notícia, accionámos a nossa equipa para identificar possíveis locais onde possam estar escondidos".

Durante o processo de fuga desses cinco estrangeiros, estiveram envolvidos dois agentes da Direcção Provincial de Migração da Zambézia, que estavam de serviço no dia dos factos. O porta-voz aponta a negligência como um dos factores que levaram à detenção dos dois agentes. "Foram recolhidos às celas dois colegas que estavam de serviço naquele dia, para facilitar as investigações. Não foram detidos necessariamente por envolvimento directo, mas sim por negligência. É sabido que, quando uma pessoa está de serviço, é obrigatório manter a vigilância e garantir a segurança do local".

Aliás, uma pequena janela que servia para ventilação dos detidos foi usada



Elísio Miguerna, Representante (INAS) em Quelimane

mostra preocupação e aponta o crescimento populacional como outro factor que contribui para o agravamento do problema.

“É uma situação preocupante dentro da nossa autarquia. Ano após ano, o número de munícipes da cidade de Quelimane tem aumentado, e a principal causa que observamos é o excesso de pessoas a viver dentro da cidade”, afirmou o representante.

Grácio acrescentou ainda que, anual-

mente, mais de duas mil pessoas, provenientes de diferentes distritos da província e de outras regiões do país, entram na cidade de Quelimane à procura de oportunidades de emprego — um fenómeno que, nos últimos tempos, tem desafiado diversas instituições e lideranças comunitárias.

O dirigente avançou também que recentemente foi implementado um programa de apoio social direccionado a crianças, idosos e adultos em situação de mendicidade. “O nosso objectivo, para além de prestar apoio alimentar e outros tipos de assistência, era compreender as razões que levam as pessoas a praticar a mendicidade nas vias públicas. Descobrimos que a pobreza e a falta de oportunidades são os principais factores que impulsionam estas acções.”

Apesar das iniciativas em curso, parece que os apoios governamentais ainda são insuficientes, como explicou o representante do INAS, “o governo atribui 540 meticais por agregado familiar, 640



Grácio Mucucuesa, Representante do Conselho Autárquico da Cidade de Quelimane

para dois beneficiários e 740 para quatro pessoas. Esse é o tecto do apoio concedido aos beneficiários.”

De referir que, há cerca de quatro anos, a cidade de Quelimane implementou um centro destinado à arrecadação de fundos para apoiar pessoas carenciadas. Contudo, segundo fontes locais, a iniciativa não produziu os resultados esperados.

Por: CAMANETE AGOSTINHO

Abandono de idosos

Falta de habitação e assistência coloca idosos em situação de vulnerabilidade em Nampula

Nos últimos anos, as pessoas da terceira idade, neste caso os idosos, têm enfrentado diversas dificuldades no seio das comunidades onde estão inseridas, sobretudo no que diz respeito às condições de vida, com destaque para a alimentação, vestuário e habitação.

Este último factor tem levantado questionamentos nas comunidades, visto que vários idosos dormem ao relento ou mesmo nas vias públicas, onde muitos pedem apoio material aos cidadãos que passam por perto.

Na cidade de Nampula, por exemplo, vários idosos enfrentam essas dificuldades. No entanto, por ocasião das



©Hoje em Moçambique: Momento de entrega de kit aos idosos

celebrações alusivas ao Dia Internacional do Idoso, o presidente da AMSUNGO

(Associação dos Munícipes da Cidade de Nampula), Carlos Francisco, afir-



mou que esta camada social precisa ser envolvida nos processos de tomada de decisão.

“Muitos idosos estão na rua, alguns por falta de habitação. Eles estão amparados pela Constituição da República, nomeadamente no artigo 124, que estabelece que o idoso tem direito à habitação, ao convívio social e familiar. Entretanto, há algo que muitas vezes esquecemos: o acompanhamento e a preparação para a nossa própria vivência futura. Esta situação faz com que o idoso enfrente grandes desafios. Precisamos reconhecer o seu valor e envolvê-los nas decisões que dizem respeito à sociedade”.

Outro desafio apontado pela fonte é a falta de prioridade nos estabelecimentos públicos, sejam hospitais ou

outras instituições. A travessia nas estradas também constitui um perigo para os idosos.

“Nos transportes públicos e em algumas instituições, os idosos não são acompanhados nem tratados como uma classe prioritária. E mesmo ao atravessarem as estradas, muitos motoristas não param para lhes dar passagem”, lamentou Carlos Francisco, apelando às comunidades, em especial à da província de Nampula, para que prestem mais atenção a esta camada social e promovam acções que visem combater a discriminação e garantir a sua prioridade e bem-estar.

Na ocasião, o presidente do Município da Cidade de Nampula, Luís Madubula Giquira, procedeu à entrega de

kits de produtos higiénicos e alimentares para apoiar os idosos presentes. O dirigente garantiu que, “queremos continuar a promover o apoio social a esta camada de forma ainda melhor. Precisamos trabalhar em conjunto com o Governo e com a sociedade civil para melhorar a vida dos nossos idosos”, frisou Giquira.

O edil reconheceu ainda o papel fundamental dos idosos na preservação da história e na transmissão de conhecimentos, destacando a importância da convivência harmoniosa entre dirigentes, comunidades e os mais velhos, como forma de fortalecer os laços sociais e valorizar a experiência acumulada ao longo dos anos.

Por: CAMANETE AGOSTINHO

Crónica do Dia

www.hojeemmocambique.org

ERNESTO TIMBE

PORQUE, PORQUÊ, POR QUE E POR QUÊ: QUATRO FORMAS DE FUGIR À RESPONSABILIDADE

Há quem diga que a gramática é uma questão de estilo. Outros afirmam que é apenas uma convenção. Mas, em certos contextos, como o nosso, ela é, sobretudo, uma estratégia de sobrevivência institucional.

Os “porquês” da língua portuguesa, essas quatro criaturas aparentemente inofensivas, tornaram-se personagens centrais na dramaturgia da desculpa pública, na encenação da burocracia e na coreografia do silêncio. Não se trata apenas de saber escrever correctamente. Trata-se de saber como escapar. Como justificar sem resolver. Como perguntar sem incomodar. Como lamentar sem agir.

Cada “porque” tem a sua função, a sua máscara, o seu expediente. E, juntos, formam um sistema linguístico de evasão, onde a responsabilidade é sempre adiada, arquivada ou diluída em relatórios que ninguém lê. O “porque” explicativo é o funcionário público da língua, sempre pronto a justificar o injustificável. O “porquê” substantivado é o burocrata vaidoso, que exige relatórios, mas nunca entrega soluções.

O “por que” interrogativo é o cronista rebelde, que insiste em perguntar quando todos já decidiram calar. E o “por quê” finalizador é o grito que resta, quando já não há explicação, apenas luto e memória.

A gramática, aqui, não é apenas uma ferramenta de escrita. É uma lente crítica sobre o funcionamento do Estado, sobre a forma como se comunica a tragédia, se arquiva a indignação e se institucionaliza o esquecimento. Porque sim não é resposta. E

os “porquês” que usamos, ou evitamos, dizem mais sobre nós do que qualquer plano estratégico.

Acto I – O “porque” explicativo: o funcionário público da língua

O mais diligente dos quatro. Não falta ao expediente, não se atrasa, não reclama. Justifica o injustificável com a pontualidade de um carimbo e a frieza de um memorando. Não questiona, não se emociona, não se indigna. Apenas explica. Explica tudo. Explica demais.

É ele quem aparece nas conferências de imprensa, com voz monocórdica e olhar perdido entre os papéis. Redige actas que ninguém lê, comunicados que ninguém entende, relatórios que ninguém discute. Vive para manter tudo como está, mesmo quando tudo já está podre.

Porque choveu, não houve aula em Muaivire. Porque o sistema caiu, não há registo de óbitos em Marrupa. Porque o servidor fugiu para Maputo, não há dados sobre os acidentes rodoviários. Porque o talento incomoda, não foi seleccionado para o concurso internacional. Porque o silêncio é mais cómodo, não se falou da vítima que morreu sem ambulância.

Este “porque” transforma tragédia em rotina, negligência em protocolo, ausência em procedimento. Serve para tudo, menos para mudar alguma coisa. Explica, mas não resolve. Justifica, mas não corrige. Fala, mas não escuta.

Acto II – O “porquê” substantivado: o burocrata vaidoso

Vaidoso, gosta de aparecer entre vírgulas e aspas, com pompa e circuns-

tância. Sempre acompanhado de parecer jurídico, comissão de inquérito e relatório que será publicado quando já ninguém se lembrar do assunto.

Não traz soluções, mas exige investigações. Não propõe mudanças, mas solicita esclarecimentos. Vive em actas e pareceres, mas nunca em acções concretas. Chega tarde, quando a vítima já foi enterrada sem nome, quando o culpado já foi promovido, quando o silêncio já virou política pública.

O porquê da greve dos técnicos de saúde ainda não foi esclarecido. Ninguém entende o porquê da rádio comunitária ter sido silenciada em plena campanha de prevenção.

O porquê da ausência de médicos em Nampula continua por apurar. O porquê da censura à crónica sobre os óbitos na estrada Marrupa–Nampula será analisada em sede própria. O porquê da falta de água em Quelimane será debatido na próxima sessão, se houver quórum e se não chover.

Este “porquê” é o pavão da linguagem institucional. Bonito, pomposo, mas inútil para voar. Serve para parecer que se está a fazer alguma coisa, quando na verdade se está apenas a empurrar o problema com a barriga cheia de protocolos, circulares e reuniões que terminam sempre com “ficou decidido que se vai decidir”.

Acto III – O “por que” interrogativo: o cronista rebelde

O ponto de interrogação que não se cala. O miúdo que pergunta demais. O cronista que ainda acredita na lucidez. O radialista que ainda tem microfone e coragem. Incomoda, desafia, abre feridas que o Estado quer manter fechadas.

Por que razão o hospital de Marrupa não tem médicos nem seringas?

Por que o concurso foi cancelado sem aviso, depois de três meses de espera e esperança?

Por que o talento é punido com silêncio, enquanto a mediocridade é promovida com subsídio?

Por que o acidente que matou cinco jovens não teve investigação nem memória?

Por que a rádio comunitária foi encerrada no dia em que ia transmitir depoimentos das vítimas?

Este “por que” não aceita “porque sim”. Não se satisfaz com “não sabemos”. Exige resposta, desafia o status quo, incomoda os gabinetes. Vive na

crónica urbana, na faixa de protesto escrita à mão com tinta de indignação, na pergunta que ecoa mesmo quando o microfone é desligado.

Acto IV – O “por quê” finalizador: o grito que resta

Dramático. Só aparece no fim, com pontuação e dor. Fecha a faixa, ecoa nas esquinas, escreve-se em maiúsculas quando já não há explicação, apenas luto e memória. Resta quando tudo falhou, quando a gramática já não serve para comunicar, mas apenas para lamentar.

Por quê?

Por quê, Maputo? Por quê, Marrupa?

Por quê, se tínhamos microfone, tinta, memória e coragem? Por quê, se a rádio era a última voz que restava?

Por quê, se o nome da vítima podia ter sido o nosso?

Este “por quê” é o ponto final que não aceita ser esquecido. É o eco que resiste à censura. É o grito que sobrevive à omissão.

Dominar os “porquês” é mais do que saber escrever. É saber perguntar, saber exigir, saber não aceitar. Porque, quando o “por que” vira “porque sim”, a democracia vira decreto. E, quando o “porquê” é esquecido, a vítima morre duas vezes: uma no corpo, outra na narrativa.

A língua não é neutra. A gramática não é inocente. O uso correcto dos “porquês” é um acto de resistência editorial. É a diferença entre o silêncio